

CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO FRENTE AO CUIDADO E PROTEÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA¹

Greyce Camila dos Santos²

Lisandra Antunes de Oliveira³

RESUMO

A violência contra mulher está em crescente debate no século XXI. Neste cenário, esta pesquisa objetivou identificar quais são as contribuições e desafios do profissional psicólogo frente ao cuidado e proteção de mulheres vítimas de violência. Desta forma, buscou-se evidenciar os fatores desencadeantes da violência, as consequências psicológicas percebidas nas vítimas, bem como os desafios, ações e contribuições apontadas pelos participantes da pesquisa. Participaram 02 (dois) profissionais psicólogos, atuantes há mais de 01 ano nas políticas públicas de proteção especial de média complexidade. A metodologia desenvolvida teve como enfoque qualitativo e descritivo, a coleta de dados conduzida através de entrevista com questionário semiestruturado, com perguntas abertas que foram gravadas e transcritas. A análise de dados foi realizada a partir do conteúdo de Bardin. Os resultados da pesquisa confirmaram a associação do consumo de bebidas alcoólicas aos comportamentos violentos por parte dos companheiros. As mulheres se colocam em uma prisão psíquica, com sintomas de depressão, ansiedade, medo, insegurança, baixa autoestima. Os profissionais psicólogos auxiliam no acolhimento, a escuta, orientação e acompanhamento psicológico. No contexto laboral enfrentam o desafio de trabalhar a superação da situação de violência sofrida pelas mulheres.

Palavras chave: Violência contra mulher; psicólogos, ações frente ao cuidado.

¹ Artigo apresentado ao Curso de Pós Graduação em Avaliação Psicológica na UNOESC de São Miguel do Oeste-SC, como requisito à obtenção Título em Especialização em Avaliação Psicológica.

² Acadêmica do Curso de Especialização em Avaliação Psicológica na UNOESC de São Miguel do Oeste-SC. E-mail: greycecamilacolle@yahoo.com.br

³ Orientadora, Psicóloga, Professora-Mestre do Curso de Psicologia da UNOESC de São Miguel do Oeste-SC. E-mail: lisandra.oliveira@unoesc.edu.br

ABSTRACT

Violence against women is under increasing debate in the 21st century. In this scenario, this research aimed to identify users and professionals of the psychological process in the care and protection of women victims of violence. In this way, we seek to evidence the triggering factors of violence, such as the psychological consequences perceived in the actions, as well as the challenges, actions and paths pointed out by the research participants. Twelve (2) professional psychologists, who have been active for more than a year in public policies of special protection of medium complexity, participated. The methodology had a qualitative and descriptive approach, a data collection conducted through a semi-structured interview, with questions about which were recorded and transcribed. Data analysis was performed from the Bardin content. The results of the research confirmed the association of the consumption of alcoholic beverages with the violent behaviors on the part of the companions. Women put themselves in a psychic penalty, with symptoms of depression, anxiety, fear, insecurity, low self-esteem. Psychological speakers help without reception, listening, guidance and psychological payment. In the labor context, the challenge of working to overcome the situation of women suffered by women.

Keyword: Violence against women; psychologists, actions towards care.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, muito se tem debatido a respeito da violência física e psicológica que a mulher vivencia no século XXI. Apesar de termos obtenção de vários direitos de equidade que a própria Constituição Federal nos garante, ainda encontra-se uma realidade caótica.

A Organização Mundial de Saúde (2002) ressalta a primordialidade de conhecer o elemento invisível da agressão que não procede basicamente em mortes ou danos perigosos, mas oprime e provoca prejuízos físicos, psicológicos e sociais nos sujeitos que estão contidas de maneira persistentes aos abusos.

A agressão direcionada as mulheres é uma problemática cultural, igualitária, de bem-estar público e de direitos humanos originalmente atuais, compondo-se

como elemento de intercessão para as diferentes esferas da sociedade e profissionais.

O interesse por esta temática surgiu a partir dos altos índices de violência intrafamiliar contra a mulher, buscando compreender o olhar do psicólogo no enfrentamento dessa demanda na atualidade.

A importância deste projeto objetiva a busca de reflexão sobre a temática de violência contra a mulher, a qual se propõe o contato com profissionais da psicologia que atuam nas políticas públicas de proteção social de média complexidade.

Nesse sentido, tendo como principal objetivo identificar quais são as contribuições do profissional psicólogo frente ao cuidado e proteção de mulheres vítimas de violência no estado de Santa Catarina.

O presente projeto de pesquisa direcionará como trabalho de conclusão de curso de Pós Graduação em Avaliação, pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 VIOLÊNCIA NA CONTEMPORÂNEIDADE

Na contemporaneidade visualizam-se diferentes maneiras de exposição e classificação da violência. Não é finalidade abordá-la de maneira geral, mas excepcionalmente a violência praticada contra a mulher.

Conforme a Declaração das Nações Unidas, de 1949, mediante a violência contra a mulher, consentida pela Conferência de Viena em 1993, a violência se estabelece em “[...] todo e qualquer ato embasado em uma situação de gênero, na vida pública ou privado, que tenha como resultado dano de natureza física, sexual ou psicológica, incluindo ameaças, coerção ou a privação arbitrária da liberdade” (ADEODATO, 2006, p.2).

De acordo com Dias (2006), o relatório nacional brasileiro demonstra o perfil das mulheres vítimas de violência, destacando que a cada 15 segundos uma mulher é agredida, perfazendo, um número de 5.760 mulheres vitimizadas no Brasil, a cada 24 horas.

Não obstante, mesmo com melhorias conseguidas e obtidas com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), no entanto, atualmente, a avaliação estima-se em 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres, apontador que põe o Brasil no 5º lugar no ranking de países nesse tipo de delito. De acordo com o Mapa da Violência 2015, dos 4.762 assassinatos de mulheres consignado em 2013 no Brasil, 50,3% constituíram incumbidos por íntimos, estando em 33,2% destes fatos, a delinquência foi cometido pelo companheiro ou ex. Aproximadamente 5 mil extermínios indicam 13 homicídios femininos diários em 2013.

Estatísticas da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina apontam que o estado encontra-se no 27º lugar no ranking de violência, sendo que uma mulher morre a cada oito dias. Além disso, foram minutados 30 mil fatos de ameaça contra mulheres em 2016 no estado. Em 2017, a região do Extremo Oeste de Santa Catarina de acordo com o Instituto Médico Legal - IML de São Miguel do Oeste - SC destaca-se em primeiro lugar na prática de feminicídios.

Dentre os diversos significados resumido ou mais complexo de verificado termo, pesquisa ao glossário para observar o que ele delineia como violência. No meio de inúmeros significados, alistam-se três que mais se abordam do desígnio: “1. Seria ato violento”, “2. qualidade de violento” e “3 ou até mesmo ato de violentar” (FERREIRA, 2000, p. 712).

Teles e Melo (2003, p. 24) apresentam um proeminente subsídio para a compreensão deste elemento. Imprescindível salientar que o método da violência de gênero (violência incumbida de homem contra a mulher e vice-versa) se propagou de acordo com a história de geração a geração. Essencialmente, é o inicial perfil de violência em que o ser humano é alocado em proximidade direta. Posteriormente, os sujeitos estudam diferentes técnicas violentas. As mesmas transformam-se de tal maneira radicadas no recinto das analogias humanas que são observadas de forma correspondentes, quão se perpetrassem componente da natureza humana.

Maturana (1995) assinala como a violência todo comportamento em começar da mais simples, colocadas no conjunto da dicção verbal, referindo, abonar alguma regra de modo coativa também, em eventos distantes, aquelas estilos em que um sujeito reprime outro decretando respeito e subordinação, de modo a não utilização dos vocábulos.

De acordo com Silva, (1992, p.26).

As representações acerca da mulher, seja na relação familiar ou na sociedade, passam pela concepção de fragilidade, dependência e submissão, que dão ao homem o direito de tutela sobre ela. Essa situação é frequentemente posta como se fosse uma questão inerente à natureza das mulheres e não fruto de uma ideologia que tende a reproduzir uma ordem social baseada nas relações de poder.

Nesse sentido, a violência contra a mulher tornar-se visível de diferentes locais e maneiras na sociedade, não implicando a hierarquia social, idade, raça/etnia, tradição ou grau de ampliação econômico do país (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2012).

Oliveira (2004) descreve que violência se distingue de diversas maneiras, ora ela social em sua definição complexa em determinados prosseguimentos da sociedade, bem como é o fato da agressão doméstica contra a mulher, que decorre por múltiplos anos, delimitando desde o surgimento do Brasil, ou seja, o começo das desigualdades em relação ao gênero inicia-se da povoação até os dias atuais.

2.2 LEI Nº 11.340 MARIA DA PENHA

É nesse contexto de diversidade hierárquica entre as funções de gênero que se amplia a violência doméstica contra a mulher. De acordo com Saffioti (2004) a violência se distingue pela “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral.” (p. 17).

Conforme Chauí (1984) a violência é compreendida:

“Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como um sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidos ou anuladas, há violência.” (p.35).

O desígnio desta lei é denominar a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos, e, por meio da mesma, fazer com que as mesmas possam ter um acolhimento humanizado junto das delegacias e juizados, do mesmo modo que a garantia da sua proteção (BRASIL, 2009).

A lei determina a violência contra a mulher, no artigo 5º, como: “Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006).

O artigo 7º determina cinco maneiras de violência doméstica e familiar contra a mulher:

*“I – a **violência física**, entendida qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II – a **violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III – a **violência sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja em presenciar, a manter, ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV – **violência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total dos seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V – a **violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”.* (BRASIL, 2009, p. 14).

Os elementos expostos acima são algumas dos diversos instrumentos que a Lei Maria da Penha tem para que, de forma concretizada, possa exercer o escopo de abolir todas as maneiras de discriminação contra as mulheres. (CESCA, 2004).

2.3 ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

O profissional psicólogo, independente, da abordagem ou procedimento selecionado para praticar esse atendimento, necessitará inicialmente criar interação e vínculo terapêutico com a vítima, perfazendo com que a mesma se sinta num ambiente seguro e confiável, já que, apenas desta maneira, ela conseguirá dividir as experiências vividas que lhe ocasionaram sofrimento. (SOARES, 2005; PIMENTEL, 2011).

Outro desígnio do acolhimento psicológico às vítimas é conseguir com que as mulheres resgatem sua qualidade de sujeito, assim como sua autoestima, seus anseios e ambições, que permaneceram escondidos e abolidos durante todo o momento em que conviveram em uma relação abalizada pela violência. Desta maneira, as mesmas conseguirão ter força para acabar com o convívio que, no decorrer do tempo, acabaram perdendo seus direitos, condições de ser humano, tendo-as alienadas de si.

Nesse sentido, é um método que permanece funcional durante um extenso tempo no psiquismo da mulher, ainda que já acabasse todo o contato e o fim da relação. Todavia, nessa ocasião em que aguentou as violências, o companheiro a desqualificava de todas as maneiras, por meio da violência psicológica e moral. (HIRIGOYEN, 2006; SOARES, 2005).

Conforme o autor Bastos (2009) a escuta do terapeuta quando realizada de maneira apropriada e ativa, é um motivo de simplificação da autoexpressão do indivíduo em acompanhamento psicológico. Portanto, a escuta além de ouvir, é proporcionada atenção naquilo que está sendo dito, sendo considerada uma atenção inconstante, isto é, que não se prende somente em um determinado assunto da fala do outro, mas o todo que está sendo dito. A escuta ativa conecta o cuidado do profissional com mais atenção na fala que está por vir do mesmo. Nesse contexto, a utilização da escuta ativa o psicólogo pode realizar intervenções inesperadas, que faça com que o indivíduo reflita de maneira diferente da que tinha pensado até o momento.

Porquanto, a partir do entendimento e do desenvolvimento da consciência de seus conhecimentos, a mulher alcançará a proteger-se da violência, da mesma maneira que resgatará sua identidade. (HIRIGOYEN, 2006).

3 MÉTODO

Para alcançar o objetivo proposto, optou-se na realização de entrevistas com profissionais psicólogas atuantes nas políticas públicas de média complexidade, para desvelar quais são as contribuições do profissional psicólogo frente ao cuidado e proteção de mulheres vitima de violência.

Para a coleta de dados foi utilizada a pesquisa de caráter qualitativa e descritiva, facilitando “[...] maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipótese. Pode-se dizer que esta pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições [...]” (GIL, 1996, p. 45).

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (1996, p. 21): [...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para a pesquisa descritiva, Gil (1996, p. 46), comenta “As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Para a coleta de dados, delimitou-se como entrevista semiestruturada, [...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987).

Delimitou-se como universo da pesquisa, psicólogas que atuam na proteção especial de média complexidade, em municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina-AMEOSC.

A amostra foi delimitada de caráter intencional “os elementos que formam a amostra intencional relacionam-se de acordo com certas características estabelecidas no plano e nas hipóteses formuladas pelo pesquisador [...]” (RICHARDSON, 1999, p. 161).

Os participantes da pesquisa foram 02 (duas) profissionais psicólogas, os quais atuam nas políticas públicas, qual seja de proteção especial de média complexidade, no mínimo há 1 ano. O número de participantes se constituiu a partir da saturação dos dados, sendo que tal aspecto ocorre quando se constata, no conteúdo colhido, a tendência à repetição de ideias (BAUER; GASKELL, 2008).

Posteriormente, foi realizado o contato direto com os participantes via telefone para mencionar os objetivos da pesquisa e agendado uma entrevista a qual foi realizada com cada participante, em dias e horários convenientes.

Cabe mencionar que foram esclarecidos aos participantes sobre o sigilo das informações coletadas, além da socialização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de maneira que possam tomar suas decisões sem constrangimento e de forma justa.

Os dados foram analisados utilizando a metodologia de Análise de conteúdo de Bardin. Segundo Bardin (1991), análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam os dados a fim de torná-los passíveis de análise e tratamento.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise de conteúdo dos assuntos abordados ao longo das entrevistas revelou quatro categorias temáticas: sendo *à priori* “fatores desencadeantes da violência”, “consequências psicológicas percebidas nas vítimas”, “desafios enfrentados pelos profissionais psicólogos” e *à posteriori* a categoria “ações e contribuições apontadas pelos profissionais”.

Desta forma, a partir das categorias elencadas, foi realizada a devida análise e discussão dos resultados, de acordo com os objetivos da presente pesquisa.

4.1 FATORES DESENCADEANTES DA VIOLÊNCIA

Algumas evidências são apontadas como desencadeantes da violência contra a mulher. Entre estas ocorre a associação entre o consumo de bebidas alcoólicas e comportamentos violentos por parte do companheiro. Observa-se também, que as vítimas que sofreram violência nas relações infantis, podem aceitar ou vir a praticar tais fatos na vida adulta com naturalidade.

Conforme destaca Correa (2003) e Benghozi (2005), tais comportamentos são formas de responder aos conflitos ou de se relacionar no cotidiano, sendo um registro mental de estruturação do psiquismo.

O que fica evidenciado por Freud (1923/1974) quando se refere ao modelo de identificação, onde ocorre à reprodução inconsciente de se repetir, na vida adulta, a violência vivenciada na infância.

Desta forma, mulheres vítimas de violência durante esta fase, serão mais vulneráveis de vivenciar agressões por seus parceiros na vida adulta. “[...] *algumas vítimas de violência elas sofrem por violações de direitos há muito tempo desde a infância [...]*” (E1).

É preciso ressaltar, que estando relacionada à violência ao uso de álcool, pode-se acrescentar que o Brasil é o quarto maior consumidor de álcool das Américas (Relatório Global 2011 sobre álcool e saúde da Organização Mundial de Saúde - OMS), desta forma percebe-se o quanto o consumo de bebidas alcólicas contribui para elevar os números de violência doméstica e familiar contra a mulher em nosso país. O que fica evidenciado pelos entrevistados: “[...] *a maioria das violências vivenciadas pelas mulheres está diretamente ligada com o uso de bebida alcoólica ou drogas [...], ciúmes ou sentimentos de posse, do homem com relação à mulher*” (E2).

Destaca Rovinski (2004) que o uso de álcool ou outras drogas tem a função de desinibir a conduta dos agressores sendo esta a fonte para culpabilizar tais comportamentos. De acordo com a presente pesquisa surgem tais afirmações “[...] *o uso de substâncias psicoativas em especial em relação ao álcool ao abuso excessivo do álcool, as dificuldades financeiras que a família enfrenta também o desemprego [...]*” (E1).

Ademais, é revelada na fala dos entrevistados conforme apontam os autores Lourenço e Fernandes (2011) que o álcool é considerado um estresse no cotidiano do casal, e que vai interferindo negativamente ao longo do tempo no bem estar emocional desses cônjuges “[...] *se transformam quando estão alcoolizados, por exemplo, mas que quando estão sóbrios, eles são tranquilos e afetuosos, [...]*” (E1).

Contudo, o ciclo de violência continua mesmo diante de risco eminente de morte, na esperança de uma possível “melhora” das atitudes do companheiro.

Outro fator observado é a dependência por parte das vítimas “[...] *as mulheres dependente financeiramente e afetivamente, isso implica a questão da submissão, à dificuldade de possuir autonomia [...]*” (E1).

Visualiza-se, que o fator econômico é colaborador para a manutenção no contexto de violência doméstica, sendo este um obstáculo que aponta a necessidade da inserção da mulher no mercado trabalho.

Nesse sentido, Taboas (2014), explica [...] de nada adianta criar mecanismos de combate à violência contra a mulher, se esta vive em completa dependência financeira do homem.

4.2 CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS PERCEBIDAS NAS VÍTIMAS

A partir dos problemas psicológicos, surgem comportamentos autodestrutivos, como o uso de álcool e drogas ou mesmo tentativas de suicídio (KASHANI e ALLAN, 1998).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta que a violência doméstica contra a mulher afeta negativamente a integridade física e emocional da vítima. Sendo, reconhecida como uma questão de saúde pública. Percebe-se uma configuração de círculos vicioso de idas e vindas à rede de atendimento do Sistema Único de Saúde - SUS e Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Os sintomas psicológicos são percebidos nas vítimas, conforme apontam os entrevistados. *“Á autoestima baixa, os relacionamentos interpessoais prejudicados [...], passam a sentir desconfiança, vindo a comprometer novos relacionamentos amorosos.”* (E1). A mulher que convive ou já conviveu, por algum tempo, com a rotina de violência praticada pelo parceiro, geralmente, tem um comprometimento psicológico, com dificuldade de mudar sua realidade. (HIRIGOYEN, 2006, p. 182).

É perceptível que as vítimas desenvolvem insegurança nos sentimentos demonstrados. *“[...] o sentimento de medo, insegurança, a vergonha da exposição também, a dificuldade de recomeçar a vida de outra forma”* (E1). A convivência com o medo, a dependência financeira e a submissão, até o momento em que decidem realizar a denúncia, e passam por cima do sentimento de pena do marido, do tempo de vida juntos e da anulação durante o relacionamento.

Nesse sentido, o resultado vai ao encontro do relato dos profissionais quando se referem às vítimas *“sintomas de depressão, ansiedade, síndrome do pânico, procuram não sair de casa com frequência”* (E2).

Dentro dessas relações são inferidas questões relacionadas ao domínio de gênero na relação de poder. *“[...] elas se colocam dentro de uma prisão psíquica, como se o homem ainda tivesse poder sobre ela, mesmo não estando mais na relação [...]”* (E2). Uma vez que “a pessoa sob jugo não é mais senhora de seus

pensamentos, está literalmente invadida pelo psiquismo do parceiro e não tem mais um espaço mental próprio” (HIRIGOYEN, 2006, p. 182).

Conforme menciona Soares (2004), uma mulher em situação de violência muitas vezes se sente especialmente amedrontada e envergonhada pelo fato de não conseguir se fazer ouvir e ser respeitada por seu agressor, gerando sentimentos de impotência. “[...] *estão sempre alertas, tomando todos os cuidados ao que acontece ao seu redor, com medo de serem perseguidas novamente*” (E2).

Nas políticas públicas, os profissionais acolhem a demanda da violência e o que percebem é não ruptura de um ciclo de violência intrafamiliar o qual apresenta uma tendência à repetição “[...] *elas chegam também com suas histórias de vida, [...], são vítimas de violência por algum membro da própria família*” (E1).

Conforme BALLONE (2001), uma em cada cinco usuárias vítimas de violência admitiram ter medo de alguém próximo do seu cotidiano, e uma em cada três conhecia outras mulheres vitimizadas que viviam em um meio de violência doméstica.

Nesse sentido, torna-se importante avaliação psicológica à qual considera pontos importantes como: motivo/ queixa; sua história pregressa e atual; as fases de desenvolvimento a partir da sua fase etária; como esta se encaixa nas condições biopsicossociais.

4.3 DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS PSICÓLOGOS

A violência contra a mulher, no âmbito interpessoal, é uma das mais difíceis tarefas de efetivar ações para prevenir e evitar tais atos. As mulheres vítimas de seus companheiros mantêm-se por muito tempo no relacionamento afetivo-conjugal.

Seja qual for o ato de violência no vínculo conjugal seja físico, sexual, emocional ou psicológico, são estabelecidos por meio de uma linguagem relacional, como se fosse um jogo (GROSSI, 1998).

No âmbito interpessoal, a violência contra a mulher, é uma das mais difíceis tarefas de ser prevenida e/ou impedida. O que se visualiza, são mulheres vítimas de seus companheiros as quais continuam no relacionamento afetivo-conjugal por muito tempo. “*as mulheres tem dificuldades de se afastar desta relação violenta [...]*” (E2). Após a violência, a mulher no primeiro momento deseja romper o vínculo

conjugal, mas, na realidade, o que ela quer mesmo é impedir os atos de violência contra ela (GROSSI, 1998).

Para Cardoso (1997), a mulher sente-se na obrigação de manter a relação, tampouco tenha de assumir a responsabilidade de tudo que ocorre no relacionamento. “[...] *muitos casos elas não querem o divórcio, o que elas querem é que a situação seja normalizada, cessar isso de alguma forma*” (E1).

Em algumas situações a mulher se empodera enfrentando o medo do rompimento relacional. A partir de um jogo emocional, o agressor propõe uma suposta mudança de comportamento. A mulher sente-se confiante, dedica-se mais a relação, mas de fato reinicia o ciclo da violência (CARDOSO, 1997).

Nota-se a dificuldade das vítimas em sair deste emaranhado de ambivalência. “[...] *não consegue se desvencilhar desta relação doentia*” (E2). De um modo geral, o parceiro agressivo torna-se afetuoso após os atos de violência e a mulher mantém a esperança de que ele possa mudar (PAIVA, 1999). Analisando a questão psicológica, cabe mencionar que as vítimas às vezes não diferenciam os tipos de violência “*um dos desafios também é concepção da violência [...] psicológica e verbal, que acaba acontecendo com mais frequência, mas a agressão física que ela deixa marcas [...]*” (E1).

As mulheres na contemporaneidade sabem dos seus direitos, mas por viverem na dependência econômica de seus companheiros, submetem-se por longos anos a todos os tipos de violência. “*O maior desafio é trabalhar a superação da situação de violência vivenciada pela mulher que é dependente financeiramente e emocionalmente do companheiro [...]*” (E2). Diante deste apontamento somente procuram lutar por esses direitos quando a situação fica de fato intolerável (PALLOTA e LOURENÇO, 1999).

Assim como destaca HIRIGOYEN (2006), as vítimas necessitam de ajuda externa, no sentido de auxiliar e criar mecanismos para mudar a concepção da realidade e superar as sequelas pelo processo de submissão à violência. “[...] *ela não se vê como apta a se sustentar e não tem mecanismos psíquicos para se perceber capaz de se manter e sobreviver sem o companheiro*” (E2).

Nesse sentido, encontram-se o desafio dos profissionais quanto à continuidade do acompanhamento da vítima “[...] *quando ela percebe que a situação acalmou então ela acaba abandonando o acompanhamento e quando isso acontece*

novamente uma situação de violência e ela procura novamente a ajuda de profissionais [...]” (E1).

Apesar dos fatores psicológicos negativos ocasionados pela violência doméstica, percebe-se uma alienação afetiva das vítimas com relação aos companheiros.

4.4 AÇÕES E CONTRIBUIÇÕES APONTADAS PELOS PROFISSIONAIS

A atuação do profissional psicólogo é essencial diante de uma escuta ativa, para possibilitar que o sujeito verbalize e compreenda sua experiência *“[...] além de analisar o contexto em si da violência nós também trabalhamos a questão de como as vítimas lidam com essas situações [...]” (E1).*

De acordo com Bastos (2009), a escuta do terapeuta quando realizada de maneira apropriada e ativa, é um motivo de simplificação da autoexpressão do indivíduo em acompanhamento psicológico. Conforme os entrevistados, tais apontamentos são evidenciados. *“[...] importância de escutar, compreender o que ela traz o que ela tem a compartilhar, respeitando o momento dela, as suas emoções, o seu sofrimento [...]” (E1).*

É desafiante para a mulher vítima de violência, se emancipar de uma relação tão complexa sozinha. A resiliência ocorre quando alguém a escute de forma verdadeira e sem julgamentos (FRANCISQUETTI, 1999). *“[...] O profissional da psicologia auxilia muito no acolhimento, quando a mulher está mais fragilizada [...]” (E2).*

O psicólogo atuante nas políticas públicas intervém para além da psicoterapia individual, utiliza-se de campanhas socioeducativas em equipe multidisciplinar *“[...] no caso de violências, oferecem apoio, orientação e acompanhamento para superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais” (E1).*

Neste caso, portanto, não é o sujeito quem procura o psicólogo e sim o contrário. A busca ativa visa o alcance de toda comunidade. (MURTA & MARINHO, 2009). É preciso realizar intervenções mantendo relação com o contexto em que as vítimas estão inseridas *“[...] auxiliando para que a mulher crie estratégias para a superação dessa situação de violência [...]” (E2).*

Enquanto profissional, é importante observar o contexto no qual a vítima e o autor estão inseridos criando um espaço terapêutico e estratégias de intervenção psicossocial a fim de facilitar as mudanças subjetivas. (COSTA, BRANDÃO, 2005).

Torna-se necessário um olhar para o contexto geral. “[...] *encaminhamento, orientações com seus direitos, isso é muito feito, a questão das denúncias, a questão de diferentes formas de violência, medidas protetivas também, muitas têm medidas protetivas [...]*” (E1).

A situação das mulheres vítima de violência requer muito mais que o acolhimento e escuta, também necessitam do auxílio emergencial de segurança. “[...] *benefício eventual como auxílio hospedagem [...], passa uma noite, ela fica no hotel, nesse período que ela precisa se reestabelecer até procurar outro local para ficar [...]*” (E1). Necessitam de uma ajuda externa que a auxilie a criar mecanismos que visem mudanças da sua realidade e superação das sequelas deixadas pelo processo de submissão às situações de violência. (HIRIGOYEN, 2006).

Com os avanços dos estudos na área de gênero foi possível entender que a presença de distúrbios psiquiátricos não é a causa da violência cometida contra a mulher. “[...] *muitas vezes o que ele precisa é um tratamento de alcoolismo [...]*” (E1).

No entanto, pessoas que convivem em um ambiente marcado pela violência intrafamiliar podem vir a adquirir sérios distúrbios ou psicopatologias. (AGUIAR, 2009).

Os agressores não se sentem responsáveis pela violência cometida e não percebem a necessidade de acompanhamento. “[...] *é imprescindível também em relação ao próprio agressor, realizar o acompanhamento dele [...]*” (E1).

Eles tendem a sua própria vitimização e responsabilizam a mulher pelo problema da relação. (HIRIGOYEN, 2006). Oportuno ressaltar a importância do trabalho em rede para que juntos busquem a melhor estratégia frente à demanda de violência. “[...] *enquanto trabalho em rede do município, é realizada reuniões de discussões de casos com todos os profissionais [...]*” (E1).

Desta forma, evidencia-se a importância do acompanhamento e avaliação psicológica. A partir dos aspectos teóricos, técnicos, metodológicos e éticos, os profissionais psicológicos podem auxiliar na prevenção e promoção da saúde mental, com o objetivo de uma melhora na qualidade de vida dos envolvidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo objetivou identificar quais são as contribuições e desafios do profissional psicólogo frente ao cuidado e proteção de mulheres vítimas de violência.

A partir da análise das entrevistas, foi possível identificar que ocorre uma associação do consumo de bebidas alcoólicas e comportamentos violentos por parte dos companheiros. Em muitos casos, as vítimas e os agressores sofreram violências nas relações infantis, podendo aceitar ou praticar tais atos com naturalidade na vida adulta.

Dentro das relações são inferidas questões de poder por parte dos companheiros. As mulheres se colocam em uma prisão psíquica, com sintomas de depressão, ansiedade, medo, insegurança, baixa autoestima.

Os profissionais psicólogos enfrentam o desafio de trabalhar a superação da situação de violência sofrida pelas mulheres. Muitas são dependentes financeiramente e afetivamente do companheiro, e não conseguem se desvencilhar desta relação doentia. Mesmo diante de risco eminente de morte, o ciclo de violência continua, existe a esperança de uma possível melhora das atitudes do cônjuge. As vítimas buscam a normalização da situação, e não querem o divórcio. Surge um jogo emocional por parte do agressor que propõe mudanças de comportamentos.

As ações e contribuições apontadas pelos profissionais psicólogos frente à vitimização da violência são: o acolhimento, a escuta, orientação e acompanhamento psicológico para que as vítimas criem estratégias para superação desta situação em seu cotidiano. Auxiliam nos encaminhamentos, na busca de direitos, questões de denuncia junto com a equipe técnica de referência da média complexidade.

A problemática da violência doméstica direciona a uma reflexão a respeito do sofrimento psíquico das mulheres vítimas de violência. Visa contribuir no sentido de debate e discussão sobre a temática, bem como colaborar para estudos, pesquisas e ações futuras.

É oportuno sugerir que além do acompanhamento das vítimas e agressores, seja realizada a avaliação psicológica das mulheres que vivenciam a violência doméstica. A dinâmica intrafamiliar é complexa, e aponta aspectos psicológicos, sociais, físicos, entre outros. Observam-se altos índices de incidência

conseqüentemente ocorrem alterações comportamentais e emocionais, para a vítima, o(s) agressor(s) e familiares.

Ao finalizarmos as ponderações em torno da presente pesquisa, é necessário enfatizar que certamente não tivemos a ambição de esgotar a temática. Os resultados se apresentam como contribuição a fim de esclarecer alguns aspectos relevantes que permeiam o contexto laboral de profissionais psicólogos frente à demanda desta pesquisa.

É imprescindível, pensarmos em uma metodologia de avaliação psicológica que seja efetiva para que a partir desta, seja possível pensar em novas práticas de intervenção diante da demanda de cuidado e proteção de mulheres vítimas de violência doméstica.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, Vanessa Gurgel et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 1, fev. 2005 (online). Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 03 abril 2017.

AGUIAR, Luiz Henrique. **Gênero e Masculinidade**: follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Universidade de Brasília, 2009.

BALLONE, G.; J, ORTOLANI, I. V. **A violência doméstica parte 2**. Psiquiatria Geral. 2001b. Disponível em : www.psiqweb.med.br. Acesso em:14 nov 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

BASTOS, Adriana, Dias, de Assumpção. **Considerações sobre a clínica psicanalítica na instituição pública destinada ao atendimento de usuários de álcool e/ou drogas**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

BAUER, M. W. ; GASKEL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem, e som**: um manual prático. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

Benghozi, P. (2005). **Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços**. *Psicologia Clínica*, 17(2), 101-109.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. Coordenação Para Assuntos da Mulher. Conselho dos Direitos da Mulher. De Olho na Lei Maria da Penha Comentada. Brasília, set. 2009.

_____. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 30 jul 2018.

CARDOSO, N. M. B. Psicologia e relações de gênero: a socialização do gênero feminino e suas implicações na violência conjugal em relação às mulheres. In: ZANELLA, A. et al. (Orgs.). **Psicologia e práticas sociais**. 19. ed. Porto Alegre: Abrasposul, 1997.

CESCA, Taís Burin. **O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações**. Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 41-46, set./dez. 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do Debate sobre Mulher e Violência**. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo, Zahar Editores, 1984.

Correa, O. B. R. (2003). **Transmissão psíquica entre gerações**. Psicologia, USP, 14(3), 35-450.

DIAS, Maria Berenice. **A impunidade dos delitos domésticos**. Palestra proferida no IX Congresso Nacional da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica. Alagoas. Disponível em: <www.mariaberenice.com.br>. Acesso em: 03 abril 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 4ª ed. ver. Ampliada. Rio de Janeiro, R.J.: Nova Fronteira, 2000.

FRANCISQUETTI, P. P. **A escuta da dor**. Jornal da Rede Saúde, n.19, p.3-4, 1999.

Freud, S. (1974). **O ego e o id**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (J. Salomão, Trad., Vol. XIX, pp. 13-83). Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1923).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GROSSI, M. P. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: GROSSI, M. P.; PEDRO, J. **Masculino e feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998.

HIRIGOYEN, Marie – France. **A Violência no Casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

KASHANI, Javad H.; ALLAN, Wesley D. **The impacto family violence on children and adolescents**. Thousand Oaks, Ca: Sage, 1998.

LOURENÇO, S. T. V.; FERNANDES, O. M. “O álcool entre nós”: impacto do consumo de álcool no casal. **Revista CES Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 15-28, 2011.

MATURANA, H. **Biologia e violência**. In.: CODDOU, F. et al. (Org). *Violência en sus distintos ambitos de expresion*. Santiago: Dolmen Edielones, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde e entrevista enquanto técnica**. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, Abrasco, 1996.

MURTA, Scheila G.; MARINHO, Tanimar P. C. A Clínica Ampliada e as Políticas de Assistência Social: uma Experiência com Adolescentes no Programa de Atenção Integral à Família. **Revista Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas** Vol.1 N°1, 2009.

OLIVEIRA, K. N. L. C. de. **Quem tiver a garganta maior vai engolir o outro: sobre violências conjugais contemporâneas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

Organização Mundial de Saúde. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS/ OPAS, 2002.

_____. **Informe mundial sobre a violência e saúde**. Brasília: OMS/ OPAS, 2002.

PAIVA, J. R. **Mulheres espancadas**. 1999a. Disponível em: <http://soswomen.tripod.com/page1.html>. Acesso em 14 nov 2018.

PALLOTA, M.; LOURENÇO, M. **Violência**. 1999. Disponível em: <http://209.143.148.118/adv-pl>. Acesso em 14 nov 2018.

PIMENTEL, Adelma. **Violência Psicológica nas Relações Conjugais – Pesquisa e Intervenção Clínica**. São Paulo: Summus, 2011

RICHARDSON, R. J. (org.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROVINSKI, S. L. R. **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência**. Rio de Janeiro: Lumen, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOARES, Bárbara M. IN: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentando a Violência contra a mulher – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**, 64p. 2005.

Soares, V. (2004). **O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras**. In G. Venturi, M. Recamán, & S. Oliveira (Orgs.), *A mulher brasileira nos espaços público e privado* (pp. 161-182). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

TÁBOAS, Ísis Dantas Menezes Zornoff. **Viver Sem Violência Doméstica E Familiar: A Práxis Feminista Do Movimento De Mulheres Camponesas**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, pag. 30 – 32, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher**. Coleção primeiros passos-314. São Paulo: brasiliense, 2003.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. **DÊ UM BASTA NA VIOLÊNCIA: Conheça mais a Lei Maria da Penha e seus direitos.4º edição**. Disponível em: <
<https://www.tjsc.jus.br/documents/10181/12441/Cartilha+-+D%C3%AA+um+Basta+na+Viol%C3%AAncia/677ba71a-3f4a-48ae-8e7e-b944e539bbc4>>. Acesso em 04 abril 2017.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WAISELFISZ J.J. **MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Ed.1º. Brasília: Flacso Brasil, 2015. Disponível em:
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf
Acesso em 04 abril 2017.